

Nota de Apresentação

Coube-me a responsabilidade de coordenar neste ano de 2013 a edição dos números 12 e 13 da revista *Educação, Temas e Problemas* do Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora (CIEP-UE). “*A Escola em Análise: olhares sociopolíticos e organizacionais*” foi o título escolhido, por considerarmos que sintetiza, de algum modo, o conteúdo dos quinze artigos que compõem esta edição. Num desafio que reuniu a colaboração de professores e investigadores de várias universidades e centros de investigação nacionais e estrangeiros, a presente edição temática constitui uma oportunidade de reencontro de diversas escolas de pensamento académico e científico no campo da Organização e Administração da Educação e das Políticas Educativas que, ao longo dos anos, por circunstâncias várias, se foi progressivamente esvaziando e ganhando outros contornos e singularidades.

Por questões de estruturação, os artigos apresentam-se distribuídos em torno de um conjunto de temáticas que organizamos em quatro grandes domínios: sistema educativo e regulação; políticas educativas e autonomia; avaliação, culturas organizacionais e rankings escolares; organizações escolares, desenvolvimento profissional e ação comportamental. Numa breve nota de síntese antecipamos os objetos de análise e direcionamentos interpretativos de cada um dos artigos por domínio temático.

Sistema educativo e regulação

Integra artigos da autoria de *João Barroso* (Universidade de Lisboa), de *João Formosinho e Joaquim Machado* (Universidade do Minho e Universidade Católica Portuguesa (Porto)), de *David Justino e Susana Batista* (Universidade Nova de Lisboa) e de *Luís Miguel Carvalho* (Universidade de Lisboa).

João Barroso, com o artigo intitulado “A emergência do local e os novos modos de regulação das políticas educativas” abre o domínio temático ‘sistema educativo e regulação’. A partir da análise do modo como o local tem vindo a afirmar-se como referencial das políticas educativas propõe-nos uma interpretação sobre o significado e funções da espacialização das políticas no contexto da evolução do “Estado Educador” e deixa-nos uma reflexão sobre a importância que a territorialização da educação pode ter para a criação daquilo que o autor designa de uma “nova ordem educativa local”.

Em “A regulação da educação em Portugal: do estado novo à democracia”, *João Formosinho e Joaquim Machado*, exploram a tensão entre centralização e descentralização administrativas e deixam-nos um percurso analítico da produção legislativa sobre os regimes de administração e gestão das escolas públicas com uma

periodização dos paradigmas inspiradores das políticas de gestão da *res pública* e conceção do papel do Estado na sociedade e na educação.

David Justino e Susana Batista, no artigo intitulado “Redes de escolas e modos de regulação do sistema educativo”, exploram, a partir do questionamento da desadequação de escala e dos conceitos de *regulação induzida*, *regulação voluntária* e *regulação partilhada* em acréscimo aos tradicionais mecanismos de regulação coerciva e normativa, percursos de análise sobre o duplo movimento de *transnacionalização* e de *descentralização* dos mecanismos de regulação, convergentes no processo de desnacionalização e problematizam o aparecimento em Portugal de um movimento de redes colaborativas de escolas e do potencial de regulação que elas podem representar, pela transformação dos mecanismos hierárquicos e verticais em mecanismos de indução de carácter horizontal e desterritorializado.

Luís Miguel Carvalho apresenta-nos no artigo que intitula de “Mútua vigilância organizada” uma leitura e visão do PISA como um instrumento de ação pública no qual se combinam procedimentos de medida e interpretações acerca do sector educativo que se fundamenta e difunde um tipo particular de conhecimento com vista à orientação, coordenação e controlo da ação social no sector educativo. No percurso analítico que desenvolve, conclui que o sucesso do PISA está na criação de uma dependência simbólica e/ou funcional, nos diversos mundos sociais que atinge e pelo estatuto de conhecimento necessário para ser mencionado que os produtos PISA tendem a ter nos debates, para explicar medidas políticas, consagrando-o como dispositivo de regulação transnacional.

Políticas educativas e autonomia

Neste domínio estão incluídos dois artigos. O primeiro da autoria de *Carlos Estêvão* (Universidade do Minho) e o segundo assinado por *Elisabete Ferreira* (Universidade do Porto).

Em “Políticas de educação e autonomia: algumas reflexões perversas sobre temáticas abençoadas”, *Carlos Estêvão* desafia-nos a olhar o predomínio das orientações de mercado no quadro das atuais tendências das políticas de educação e a analisar os processos descentralizadores e autonómicos como próteses de um Estado em crise de legitimação. Questionando o estatuto do local, acentua a grande ingenuidade política subjacente às ideias de autonomia escolar, demonstrando como esta tem funcionado como instrumento conservador de carácter gerencialista empresarial e de submissão.

Elisabete Ferreira, no artigo intitulado “In the plot of school autonomy, the organisational mediation”, explora o desenvolvimento da construção social da autonomia. Ainda que dentro de um contexto de interdependências e intersubjetividades, enfatiza o papel central da ação humana, comprometida com as questões de mediação organizacional e entendida como a participação, o envolvimento e a responsabilidade compartilhada dos atores que atuam na organização escola. Situando-se no quadro das abordagens interacionistas mergulha-nos na mediação

organizacional como uma tradução e reinterpretação desenvolvida em compromisso e baseada num conhecimento informado que resulta no desenvolvimento de um ser que tem força de vontade, é capaz de pensar e criar, escolher e desenvolver autonomias mais criativas e com um maior grau de solidariedade de trabalho para a comunidade.

Avaliação, culturas organizacionais e rankings escolares

Apesar dos muitos pontos de contacto com os domínios temáticos anteriores, trata-se, apesar de tudo, de um tema que só recentemente emergiu no contexto das políticas públicas de educação e ganhou lugar de destaque na literatura organizacional e da administração da educação em Portugal. Reconhecendo-o como um domínio em fase de grande expansão e aprofundamento optamos por lhe reservar espaço próprio como domínio temático aglutinador dos artigos de *Ana Cristina Salgueiro e Jorge Adelino Costa* (Universidade de Aveiro), de *Helena Castro e José Matias Alves* (Universidade Católica Portuguesa), de *Leonor Lima Torres* (Universidade do Minho), de *Sónia Gomes e Isabel Fialho* (Universidade de Évora) e de *José Verdasca* (Universidade de Évora).

Em “Avaliação de professores em Portugal: da legitimação do avaliador no processo de avaliação por pares”, *Ana Cristina Salgueiro e Jorge Adelino Costa*, reconduzem-nos à problemática da avaliação do desempenho docente num contexto de implementação de práticas avaliativas com reflexos na carreira e profissão docente. Situando-se numa perspectiva de análise organizacional e seguindo uma metodologia de estudo de caso, descrevem e analisam o modo como ocorreu, na perspectiva dos docentes implicados, este processo de avaliação (ciclo 2007-2009), centrando-se na compreensão do papel desempenhado pelos professores titulares, e da sua legitimação, num modelo de avaliação por pares e num quadro legal de verticalização da carreira docente.

Helena Castro e José Matias Alves no seu texto “Avaliação de escolas: ritual de legitimação e gerenciamento de impressões” divulgam os principais resultados de um estudo multicaso sobre os impactos da avaliação externa e da autoavaliação das escolas. Num estudo realizado em três escolas diferentes os resultados da investigação mostram que os impactos produzidos pela avaliação externa e pela autoavaliação se limitam ao plano formal, assegurando objetivos que não se referem à melhoria das escolas mas à necessidade de legitimação do *statu quo*.

No artigo de *Leonor Lima Torres* intitulado de “Rumo à excelência escolar: imposição política, opção organizacional ou efeito cultural?” a autora analisa as relações entre a cultura organizacional da escola e a construção da excelência escolar, propondo-nos uma leitura crítica e contextualizada das perspectivas culturais e simbólicas, destacando os seus contributos para a compreensão dos processos de liderança escolar e sua relação com a produção de resultados. Com base em dados preliminares obtidos junto de uma amostra de alunos conclui pela existência de múltiplos fatores na fabricação da excelência escolar, emergindo também com destaque assinalável o peso de fatores

organizacionais e culturais, indicados pelos alunos como centrais à obtenção de elevados níveis de desempenho escolar.

“Autoavaliação institucional: um instrumento ao serviço da qualidade da educação”, da autoria de *Sónia Gomes e Isabel Fialho*, traça-nos um retrato das atuais práticas autoavaliativas das organizações escolares perspetivando a problemática da (auto)avaliação das escolas como instrumento de referência na gestão da qualidade da educação e no esforço da melhoria do sistema educativo. A partir de um estudo realizado em escolas públicas do Alentejo observam que a maioria das escolas em análise vive ainda numa fase de experimentação, desenvolvendo práticas formais de autoavaliação muito rudimentares e burocratizadas, pouco participadas e limitadas quase exclusivamente aos professores e/ou à equipa responsável pela sua realização e concluem pela necessidade da compreensão da avaliação e da sua tradução em práticas de modo a que esta possa tornar-se num verdadeiro instrumento ao serviço da qualidade da educação.

A encerrar este tema, *José Verdasca* traz-nos um texto que intitula de “*Rankings* escolares: ‘a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus’” no qual se propõe, a partir das taxas de conclusão de 9º ano, apurar e analisar perfis de desempenho das escolas. Com base numa amostra de 979 escolas públicas do continente, explora interações e relações entre variáveis contextuais extraescolares e intraescolares e as taxas de desempenho das escolas. A estrutura hierárquica das soluções geradas expõem as fragilidades metodológicas (e conceituais) de sistemas de avaliação confinados à produção e disseminação dos atuais *rankings* escolares elaborados com base num único parâmetro e sem cuidar da informação contida nesse parâmetro e das suas próprias limitações. Reconhecendo a importância destes dispositivos como instrumentos de governação escolar, sugere-se a necessidade de repensar métodos e redefinir critérios na construção e divulgação de *rankings* escolares que projetem a qualidade do desempenho das escolas alicerçada no desafio da universalidade escolar sucedida e nos princípios da diversidade, equidade e justiça educativas.

Organizações escolares, desenvolvimento profissional e ação comportamental

Com os contributos de *Jussara Paschoalino, Sónia Barbosa e Elisabete Ferreira* (Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade do Porto), de *Marília Favinha e David Beirante* (Universidade de Évora), de *Elisabete Ferreira, Cândida Mota-Teixeira e Susana Cristina Pinto* (Universidade do Porto e Universidade Lusófona) e de *Benito León del Barco, António Ricardo Mira, José Verdasca, Elena Felipe Castaño e Teresa Gómez Carroza* (Universidade da Extremadura e Universidade de Évora) apresentam-se os quatro artigos finais que encerram o presente número temático. Com autorias de diferentes proveniências e num compromisso porventura excessivamente conciliador estão neste domínio reunidas temáticas que versam diversas áreas de interesse numa dispersão de pessoas, instituições e lugares que tem na diversidade o seu sentido de equilíbrio.

Em “Preciso de carinho: relações, sentimentos e lideranças partilhadas nos caminhos da docência”, as autoras *Jussara Paschoalino, Sónia Barbosa e Elisabete Ferreira*, analisam a intensidade das relações, sentimentos e lideranças partilhadas numa escola do Norte de Portugal em regime de contrato de autonomia e espelham como este modo organizacional possibilita e potencia níveis de reflexão interna da escola e valoriza uma ética da administração educativa concretizada através da interação e primazia de uma dada agência humana, especificando os sentimentos expressos nos caminhos da docência e compreendendo as dinâmicas instauradas no processo de trabalho.

“Formação e sustentação do altruísmo nas organizações educativas: o dilema da reciprocidade forte no desenvolvimento do espírito cooperativo” é-nos trazido por *Marília Favinha e David Beirante*. Pretendendo dar um contributo para uma nova conceção do comportamento altruísta e da sua influência no desenvolvimento do espírito cooperativo nas organizações educativas, os autores partem da enunciação de um dilema, uma espécie de antítese simbólica do comportamento cooperativo em que a dissidência cognitiva entre os membros da organização educativa aumenta com as diferenças ideológicas que afastam os indivíduos da perfeita harmonia de interação, e discorrem que com o aumento dos dissidentes, as sanções que mantinham os indivíduos acorrentados às regras de uma cooperação, regulada através reciprocidade forte, perdem importância, indiciando o fim do comportamento cooperativo.

Em “(In)cumplicidades de solidão e de solidariedade no ensino superior: a reconstrução da identidade profissional” *Elisabete Ferreira, Cândida Mota-Teixeira e Susana Cristina Pinto* fazem uma incursão pelos itinerários identitários de uma docente do ensino superior politécnico, colocando em evidência a sua identidade profissional (re)construída em ambientes de solidão e de solidariedade profissional. Recorrendo a narrativas que expõem recortes de experiências, ajudam os sujeitos a reafirmarem as suas identidades, permitindo ao outro ler-se nas similitudes e nas diferenças num debate de cumplicidades com aqueles que aceitaram narrar-se, assumindo-se, pela controvérsia que gera, como um impulsionador do saber teórico e como um contributo ao desenvolvimento da cientificidade no campo educativo.

Com o artigo “*Cyberbullying en Centros de Enseñanza Basica y Secundaria del Alentejo*” *Benito León del Barco, António Ricardo Mira, José Verdasca, Elena Felipe Castaño e Teresa Gómez Carroza* encerram o presente número temático. Enquadrado num estudo de inquérito social comparativo mais alargado que abrange alunos de escolas da Extremadura e do Alentejo, no presente artigo dá-se apenas conta dos resultados obtidos junto de uma amostra de 750 alunos do 7º, 8º, 9º e 10º anos de escolaridade de dez escolas públicas do Alentejo. A análise das respostas dos alunos sugere a existência de manifestações específicas de maltrato, denominadas de *cyberbullying* por se servirem das novas tecnologias da informação e comunicação para violentar a vítima, apresentando aspetos comuns com as formas tradicionais de *bullying* mas também características particulares que o diferenciam. Que papel jogam o género, a idade e a utilização de redes sociais na prevalência de vítimas e agressores são questões que orientaram o processo de pesquisa e cujos resultados se expõem no presente artigo.

Por último, cabe-me expressar uma palavra final de agradecimento aos colegas professores e investigadores que desde o primeiro momento, e apesar dos seus sempre escassos e contados tempos, mostraram total disponibilidade e motivação e nos honraram com o seu inestimável contributo tornando possível a presente edição deste número temático de 2013; à direção da revista *Educação, Temas e Problemas* que desde a primeira hora confiou integralmente neste projeto editorial e disponibilizou o tempo e meios necessários à sua concretização.

CIEP.UE, 30 de junho de 2013

José L. C. Verdasca (ed.)